

De ocupação a centro cultural: uma análise da Ocupação Nove de Julho¹

Priscila Miranda Bezerra²
PPGCOM - Universidade Paulista, São Paulo, SP

Resumo

Na área central de São Paulo há um grande número de ocupações de moradia e artísticas, devido à quantidade de imóveis ociosos abandonados e as lutas de grupos e movimentos sociais ligados ao direito à cidade. Parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, analisamos aqui, com base na discussão bibliográfica e na etnografia digital a Ocupação Nove de Julho, este coletivo formado por artistas e ativistas que atuam na cidade, e que tem nos últimos anos passado por um processo de visibilização por suas atividades culturais, fortalecendo suas redes de colaboração e apoio. A internet é um grande aliado para estas vozes se potencializarem, principalmente neste momento de pandemia e isolamento social, mostrando ainda, que a partir de suas lógicas criativas e colaborativas, contribuem com a comunidade e buscam resistir às políticas neoliberais, privatistas e seus processos de gentrificação da região.

Palavras-chave

Cultura urbana; ocupação artística; comunicação urbana; economia criativa.

Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa de mestrado, que se iniciou em 2020 - surpreendentemente, no mesmo momento que nos vimos cercados pela pandemia mundial do COVID-19 - no qual temos estudado algumas ocupações artísticas e de moradia na região central de São Paulo. A partir de iniciativas culturais, onde coletivos de artistas atuam em redes presenciais no espaço urbano e em redes virtuais, considerando o meio digital (Gonçalves, 2010) estes coletivos tem ressignificado espaços anteriormente abandonados e degradados no Centro de São Paulo.

Neste artigo, analisamos a ocupação Nove de Julho, que faz parte de um movimento amplo que luta pelo direito à moradia na cidade, o Movimento Sem Teto do

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Culturas Urbanas, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bolsista Capes na Universidade Paulista (UNIP) – Mestranda em Comunicação 2020. Graduada em 2019 em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Universidade Paulista (UNIP). Integrante do grupo de pesquisa UrbeSom – Culturas urbanas, música e comunicação pela mesma instituição, (UNIP). E-mail: primb107@gmail.com ORCID ID: 0000-0001-8723-7817. Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Centro (MSTC) fundado pela ativista Carmen Silva e um grupo de mulheres, em 2000, não só por necessidade de um lar, mas pela indignação diante as desigualdades sociais.

Na primeira parte, apresentamos o contexto urbano e social no qual estão inseridas as ocupações, como os problemas e a falta de políticas públicas efetivas, principalmente neste momento de pandemia, onde muitas pessoas passaram a viver nas ruas. Num segundo momento, debatemos sobre a comunicação, o que antes acontecia apenas nas ruas, ganha novas possibilidades com o advento das tecnologias digitais. A internet trouxe novas possibilidades aos atores, que de formas mais horizontais, potencializam as suas reivindicações, e fortalecem suas redes de comunicação. Por fim, apresentamos algumas reflexões sobre os processos em jogo na Ocupação Nove de Julho, que têm restabelecido nos últimos anos, se diferenciando de outras centenas de ocupações no Centro, usando a arte e a cultura, constituindo novas formas de inclusão e auxílio para a comunidade.

O contexto urbano das ocupações

As ocupações são resultado de um urbanismo de lógica excludente, característico das grandes metrópoles do Sul Global. O déficit habitacional é de quase 400 mil moradias em São Paulo e muitas ocupações são iniciativas de movimentos sociais, que sempre existiram (pelo fato de sempre ter havido o problema da desigualdade) e vem reconfigurando suas formas de atuação; eles reúnem pessoas como num campo de experimentação para praticas de atividades que geram criatividade e inovação sociocultural. (Gohn, 2011).

Originaram-se a partir da coletividade de pessoas desassistidas, que viviam de maneira degradante, em ambientes insalubres, ou até mesmo nas ruas, ou por ativistas que apoiam causas emergentes. Diante do agravamento das necessidades, eles lutam para que se cumpram direitos civis, e, com o passar do tempo, foram se oficializando ou se institucionalizando. Neste contexto, é preciso que haja ideias consolidadas, os “ideais” pelo o qual o grupo vai lutar e cobrar soluções do poder público; há também à figura de lideranças, que encabeçam e representam socialmente as demandas e organização do grupo. Como no caso da Ocupação Nove de Julho - localizado no

Anhangabaú no Centro de São Paulo – parte do Movimento Sem Teto do Centro³ (MSTC), um movimento amplo, liderado por Carmen Silva, ativista pelo direito à moradia. Mas é preciso considerar que nem sempre as relações nos movimentos sociais são apaziguadas, há diversos conflitos internos, como a disputa pelo poder, e fora deles também, com a marginalização dos mesmos pela sociedade. Em 2019, Carmem Silva e seus dois filhos, Sidney e Janice, conhecida como Preta Ferreira, foram acusados por extorsão, práticas de agressão, e ainda ameaças, segundo moradores que moram/moraram em uma das ocupações do movimento.⁴

Entre os anos de 1997 e 2007, havia cerca de setenta e duas ocupações em locais vazios (Neuhold, 2009), em 2018 havia cerca de duzentas e seis ocupações em toda a cidade, sendo cinquenta e nove delas na região central, onde vivem mais de três mil famílias⁵. O Centro, mesmo que tenha passado por um processo de abandono, quando antigos moradores migraram para outras centralidades, passou também por um processo de repovoamento, que ocorreu por volta da década de 1990, atraindo comércios para atender as camadas populares, fazendo com que o Centro histórico se configurasse num novo perfil (Nakano; Campos; Rolnik, 2017). Este crescimento desordenado da cidade se dá por inúmeros fatores, e, desencadeou um processo de despejos e de pessoas vivendo em situação de rua. Em 2019, estimava-se uma população de mais de trinta mil habitantes nesta situação e com a crise sanitária e econômica trazida pela pandemia do COVID – 19 este número aumentou alarmantemente, agravando mais ainda a desigualdade social e os índices de pobreza na cidade. Tais questões sempre se mostraram um desafio para a gestão pública; há décadas estes problemas urbanos permanecem, sem nunca haver soluções significativas, para os agora mais vulneráveis, que necessitam ainda mais de assistência. O Governo de São Paulo⁶ anunciou em março de 2020, a implementação emergencial de novos cinco CTAs – Centros Temporários de

³ O MSTC é integrado por mais de duas mil pessoas, e é responsável por outras quatro ocupações na área central de São Paulo: José Bonifácio, Casarão, Rio Branco, e ainda, o Residencial Cambridge, um empreendimento financiado pelo programa Minha Casa, Minha Vida, formado por mais de duas mil pessoas.

⁴ Disponível em El País: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/05/politica/1562304011_256672.html

⁵ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/07/cerca-de-360-mil-familias-nao-possuem-moradia-na-cidade-de-sao-paulo>. Acesso em março de 2021.

⁶ Maiores informações em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/25/sem-informacao-higiene-e-abrigos-populacao-de-rua-de-sp-esta-vulneravel-a-covid-19> Acesso em março de 2021.

acolhida, um deles específico para manter as pessoas diagnosticadas com o coronavírus em isolamento social, medidas que só foram tomadas por pressão da sociedade civil.⁷

A Prefeitura de São Paulo divulga sua intenção em entregar moradias populares que possam atender o máximo o possível da demanda populacional, e visando atender suas necessidades específicas, como no caso dos idosos, e portadores de deficiência, incluindo nestes projetos acessibilidade, como também inovação tecnológica e qualidade nos materiais a serem utilizados. O ex-prefeito, Bruno Covas (PSDB) inaugurou um condomínio popular com a cobrança de aluguel social para pessoas em situação de rua, em 2020, após ser reeleito, prometeu entregar cerca de cinquenta mil moradias, dando continuidade aos planos de seu primeiro mandato (2018), em que cumpriu apenas 38 das 71 metas que envolvem questões da saúde, segurança, educação, mobilidade urbana, etc. O programa Pode Entrar, criado em 2019 pela Prefeitura e pela Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB-SP), atrasou o projeto destinado à classe popular e sequer inseriu isso no orçamento de 2020. O projeto não beneficiaria a população com renda menor que um salário mínimo, além de despejar mais de 20 mil famílias para a concretização destas construções, resolvendo um problema, e ocasionando outro, como ocorreu no caso do desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, no Largo do Paiçandu em 2018, onde centenas de famílias que ocupavam o local ficaram desabrigadas, e sem o auxílio aluguel. Há atualmente um plano para que no terreno do edifício sejam construídas novas moradias, o que não garante que as famílias que viviam lá, consigam se beneficiar. Para Victor, Chiachiri e Correio (2019, p.09) há de fato um avanço relacionado à questão habitacional em locais disputados pelos atores, devido a algumas políticas urbanas que visam construir moradia popular; mesmo que ainda insuficientes, são os resultados da atuação política destes grupos, e a resistência se mostra nas mais variadas manifestações contra a opressão, a violência e os processos de reintegração de posse que sofrem constantemente. Para os coletivos e

⁷Para os pesquisadores do LabCidade Rolnik, e Marino (2019) nos últimos sete anos, as políticas assistências, principalmente as dirigidos à população em situação de rua permanece estável, mesmo que o orçamento da cidade tenha tido um aumento, o que demonstra a falta de prioridade do poder público para tais questões, como no caso do Programa Braços Abertos instituído na gestão de Fernando Haddad (2016) em que o intuito seria oferecer assistência a usuários de entorpecentes, a partir de tratamento para a dependência e ações de inclusão social, porém, a política publica foi considerada inadequada na gestão de João Dória, atual Governador de São Paulo, que na época afirmou, que os dependentes químicos continuavam a frequentar o fluxo, na região central, desta forma, o problema permaneceu no Centro.

movimentos sociais, ativistas da causa, o programa habitacional na gestão PSDB, está focado nas ações de despejo.

Parece-nos adequada a afirmação de Maricato (2020) sobre as prefeituras estarem sob o domínio do mercado imobiliário no Brasil. Para compreendermos o modelo de gestão municipal e governamental vigente e suas lógicas neoliberais - onde a privatização, e os cortes de verbas em setores emergentes socioculturais se fazem prioridade - a especulação imobiliária, como aponta a urbanista, é um dos fatores que mais implicam na falta de políticas públicas de habitação, pois os interesses caminham em direção oposta. O PSDB - no poder tanto no estado como na cidade de SP - recebe contribuições do setor em suas campanhas há pelo menos duas décadas, e tem em seus planos administrativos projetos de revitalização do Centro, o que inevitavelmente tendem a ocasionar a gentrificação do espaço.

Considera-se que as diversas dimensões da vida cotidiana da população implicam na construção de um território de fixação e resistência e, portanto, despontam como outra face de luta pela moradia. A construção de redes de relações sociais entre as ocupações, o uso dos equipamentos relacionados às necessidades de educação, saúde, lazer e as atividades de trabalho produzem laços de identificação com o local, afetos e desejos de permanência. . (FRUTUOSO; KATO, 2019, p. 04).

A Ocupação Nove de Julho fez uma campanha online para conseguir apoio da sociedade civil diante de um pedido de reintegração de posse, quando o prédio ainda pertencia ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Durante este percurso, o imóvel foi cedido como forma de pagamento de dívida ao IPREM (Instituto de Previdência Municipal). Como tentativa contra o despejo⁸ foi criada a “Carta Aberta de Apoio a Ocupação Nove de Julho” que está disponível até hoje para que possa ser assinada, e conta a trajetória pela qual o coletivo tem passado ao longo dos anos. O pedido judicial foi extinto em julho de 2019, o proprietário foi intimado pela justiça duas vezes e não respondeu, caracterizando a “carência de ação por ausência de interesse”. Assim, a 14a Vara Cível Federal de São Paulo resolveu que o processo seria extinto, uma vitória muito esperada para o movimento.

⁸ Carta Manifesto, em apoio a Ocupação Nove de Julho. Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeeGouFXT0zhR_mrPp7dpgUEkQPT2RTFXyJsZHIP1bN2UoCQ/view_form. Acesso em abril de 2020.

Redes sociais: a comunicação dos coletivos

Gohn (2011, p.355) nos elucida que os movimentos sociais contemporâneos estabelecem redes sociais, sejam redes regionais, nacionais, transnacionais, etc., onde novos meios de comunicação são utilizados para se que se articulem e se empoderem, estabelecendo suas práticas cotidianas.

Compreendendo a noção de “rede” aqui, discutimos brevemente a questão comunicacional, como e onde ela se dá. Consideramos as mudanças tecnológicas que a internet trouxe, sua importância e proporção em todos os âmbitos sociais, como também a comunicação tradicional, que se dá no nosso dia-dia, sem que haja o intermédio de qualquer aparato tecnológico. Nesse sentido adentramos na noção de comunicação urbana (CAIAFA, 2005; PEREIRA; RETT E BEZERRA, 2021), ou seja, as redes e formas de comunicação para pensar as cidades e a cultura urbana que articulam a movimentação de pessoas, ideias, informações, finanças, imaginários, etc.

Castells (2009) identificou as mídias e seus impactos na vida das pessoas, onde a informação adquiriria uma dimensão importante, circulando e se propagando mais rapidamente, sendo usada, porém, como ferramenta do capitalismo. Sodré (2015) apontava que a mídia mantinha o controle social do diálogo, que direcionado para a conquista hegemônica, estava à mercê dos interesses do mercado. Em 2002, o autor aprofundou suas ideias, com o advento da tecnologia digital, que implica numa nova forma de vida na contemporaneidade, esta nova esfera foi conceituada como bios midiático⁹ que significa a mídia como espectro/ambiência, que continuará a agir sob a disseminação de ideologias neoliberais, mas, claro, caracterizada por uma inovação comunicacional em vários sentidos, principalmente comparados a outros meios tradicionais. Concordando com esta noção, Caiafa (2001)¹⁰ aponta a inovação -

⁹O conceito está cunhado no livro: Antropológica do Espelho: Uma Teoria da Comunicação Linear e em Rede. Que significa a socialidade da *polis*, Sodré teria o definido ao tratar da presença da mídia no mundo globalizado, por mudanças que ocorreram na comunicação nas últimas duas décadas, inicialmente definida por Aristóteles, que conceituou o primeiro bios como o do conhecimento, o segundo como o do prazer, e o terceiro, como o da política.

¹⁰Em seu artigo “Povoar as Cidades” (2001) Caiafa destaca uma observação do etnógrafo francês Serge Daney, que analisava as relações entre as mídias e as cidades, percebendo em seus trabalhos conflitos entre o cinema, e a televisão que logo se tomariam pela tecnologia que surgira na disseminação intencional do capitalismo, ainda na década de 1980, ele comparou as cidades de Nova York e Tóquio, ambas marcadas pelo cinema e pela televisão, enquanto Moscou vivia ainda a era da pintura, seus habitantes ocupavam as ruas, em filas nos paralelepípedos de pedra para pintar quadros, “um mundo antes da mídia”. (Daney, 1986 - tradução nossa).

principalmente comparada a tv, e radio - a rede de computadores, surge como forma de disseminar os interesses capitalistas, pois configura, e legitima as experiências humanas causando alterações nos padrões perceptivos, a relação espaço tempo, e as relações de domínio do meio urbano. A vida é modificada num nível totalizante, não só no âmbito político, cultural, mas ainda nas práticas sociais mais intimas como nas formas de nos relacionamos com o outro, e com nós mesmos; esta imaterialidade alterou hábitos cotidianos, possuindo, porém, potencialidades criadoras, uma espécie de reconfiguração, “um trabalho de transformação radical” como sugere Caiafa (2001.p. 02), no conceito de pós-mídia.

As mudanças ocorrem devido às praticas sociais que fazem da estrutura tecnológica a ferramenta necessária. Budag (2020, p.01) entende que culturas urbanas da contemporaneidade estão “abarcando as práticas comunicacionais pós-massivas e, entre elas, as interações que se dão via variados dispositivos digitais inseridos em tecnologias móveis”.

A internet visibilizou uma pluralidade das identidades e de forma mais democrática (ainda que tenha seus limites), tem modificado os padrões de consumo midiático, como já ressaltamos, os coletivos são grupos muito ativos nas redes digitais e tratam com muita importância esta presença no espaço da internet, principalmente agora, que devido à pandemia estamos mais reclusos em casa. No caso dos ativistas e moradores das ocupações que estudamos, eles tinham na abertura de seu espaço ao público uma importante oportunidade de experiências de encontro com o outro, as afetações das experiências estéticas, etc., algo que não está ocorrendo agora, nesse sentido, percebemos como a utilização das redes sociais digitais se faz presente na vida destes grupos, não só como forma de mostrar as atividades que já compartilhavam anteriormente, como para o compartilhamento de informações, ideias, para a promoção de debates e demais iniciativas de inclusão. Atualmente percebemos suas redes mais utilizadas para narrar os acontecimentos do cotidiano, aonde vimos às relações serem potencializadas.

No que diz respeito às lives, por exemplo, que marcaram o início da pandemia em 2020 em todo o mundo, podemos perceber as variadas formas de interação, produzidas com várias finalidades, em que artistas de todos os lugares do Brasil transmitiram seus

shows como forma de entretenimento, foi utilizada mais intensamente para debates e diálogos a torno de temas específicos, como também foi mais re-apropriada pelo mercado, no sentido que as marcas aproveitaram o momento para se autopromoverem, principalmente a partir das parcerias, como as realizações das doações, divulgadas ao público, ou em formas de patrocínios, os coletivos que residem nas ocupações também fizeram lives, para transmitir performances artísticas, ou para debater temas específicos de suas pautas, como no caso da Ocupação Nove de Julho. Nestas formas de interação temos tentado manter vínculos, a partir das novas formas de convivência com nossos amigos, família, etc.

Ainda que Caiafa (2001) acredite que a comunicação no espaço urbano seja prejudicada pelas interações virtuais, na medida em que não temos contato com o inesperado, com o contágio, e a alteridade, algo que nos garante a liberdade de circulação, como forma de se impor a privatização dos espaços, a materialidade que se faz em rede digital não inibe a coletividade e formas de comunicação urbana, podendo até potencializá-la, pois os coletivos percebem a integração de espaços presenciais e virtuais, que se “imbricam” através das redes de comunicação, onde formas de expressão artística e política podem ser exploradas. (Gonçalves, 2010, p.04).

De ocupação a centro cultural

A Ocupação Nove de Julho conseguiu o seu lugar de destaque na cidade, não apenas significativo nas reivindicações pelo direito à moradia, mas como um espaço cultural independente, em que antes da pandemia aconteciam apresentações musicais e artísticas e almoços que atraíam público variado. No espaço anteriormente abandonado e degradado, formas de ressignificação são esboçadas, onde o engajamento político e contra hegemônico têm incentivado ações que beneficiem a sociedade. Isso nos lembra Hall (1997), quando afirma que as lutas deixaram de ter apenas uma forma física e compulsiva, assumindo progressivamente uma forma de política cultural, em que a cultura é espaço de disputas. Em 2016, o movimento ligado à Ocupação Nove de Julho passa a agir, mais do que nunca, sob a lógica das redes, exatamente como nós interligados (Castells, 2003) nas quais pessoas das áreas da saúde, artistas, arquitetos, membros da imprensa, etc., passaram a apoiar a causa. Na ocupação do prédio de 14

andares, estas redes se fortaleceram e novas foram sendo criadas com universidades, coletivos, movimentos sociais, e, artistas mais ou menos consagrados em cenários *mainstream* como Caetano Veloso, Chico Buarque, Maria Gadú, Ana Canãs, dentre outros, que presencial ou virtualmente apoiam a ocupação. Em 2017, foi realizado no local um leilão independente para a venda de obras de arte, com quarenta atrações culturais, como forma de protesto devido ao fechamento do Ministério da Cultura (Minc) durante o mandato do ex- Presidente Michel Temer (2016-2018) que decidiu fundi-lo com o Ministério da Educação – algo que significou um verdadeiro retrocesso. Neste período, artistas de todo o país se movimentaram em forma de protesto, como carta manifesto com assinaturas em prol da volta na decisão. A ação na ocupação gerou um retorno econômico, e permitiu que fossem investidos cerca de 10 mil reais em estrutura e utensílios para melhor equipar o local, o que caracteriza também, a cultura como recurso (Yudice, 2006), houve também doações vindas de restaurantes conseguidos pela rede de colaboradores que envolveram cerca de vinte pessoas engajadas nesta ação. Um ano depois, Carmen Silva, sua líder, e o coletivo aparelhamento inauguraram a galeria Reocupa¹¹, no subsolo do prédio, que trouxe obras de vários artistas para a exposição, como a do carioca Nelson Felix, que desenhou em vários locais do prédio, e expôs suas esculturas, parte da obra “Esquizofrenia da Forma e do Extase” espalhadas em outros dois locais na cidade, como na 33º Bienal de Arte de São Paulo e em frente ao prédio da Nove de Julho por um período de 24 horas. A segunda exposição realizada pela galeria, chamada “O Que Não É Floresta É Prisão Política” premiada no 3º Prêmio de Arte e Educação¹² da Select¹³ como um movimento da arte não convencional, toda organizada pelos 40 moradores da ocupação.

Há por parte dos coletivos a intenção de dialogar com a sociedade através da arte, estas são iniciativas resultam em brechas possíveis diante do domínio sociopolítico. Outra característica desse processo cultural se dá nos almoços de domingo, preparados há pelo menos dois anos na cozinha coletiva do prédio;

¹¹ A galeria Reocupa da Ocupação Nove de Julho já recebeu mais de 15 mil visitantes desde a sua inauguração em 2018.

¹² O Prêmio Arapuru, é uma nova categoria que premiou a Galeria Reocupa no valor de R\$6.000,00 reais, que será destinado a fins de melhorar o local. Disponível em: <https://www.select.art.br/a-galeria-a-floresta-e-a-politica/> Acesso em novembro de 2020.

¹³ O objetivo da exposição era mostra de forma articulada, as formas de resistência e de consciência política contra o movimento político de direita e o descaço com a natureza.

anteriormente, eram servidos uma vez ao mês, sempre na ocupação. Os valores das refeições eram simbólicos: para os visitantes era cobrado cerca de vinte reais, e para os moradores havia um desconto maior, sendo cobrado cerca de dez reais, havia também barraquinhas para a venda de outros alimentos e produtos artesanais, elaborado pelos próprios moradores. O público, além de degustar as refeições, prestigiava as atrações culturais, durante o dia inteiro: oficinas, shows, exposições, etc.

Com a pandemia do COVID-19 e as regras de isolamento social, em meados de março de 2020, os almoços foram suspensos¹⁴, e a ocupação e sua infraestrutura artística foi fechada para visitantes. O setor cultural foi um dos mais prejudicados, pois foram meses sem reabrir aos serviços essenciais, agravando de forma ampla a crise na cidade, como já relatamos anteriormente. Com tudo muito incerto e com o aumento do índice de contágio, a Ocupação Nove de Julho passou a abrir o seu espaço para receber agentes da saúde e vacinar a comunidade contra a gripe, também confeccionou máscaras com o apoio de colaboradores, e teve a sua infraestrutura dedetizada, demonstrando o espírito solidário que seu movimento exerce em todos estes anos. Diante do fechamento, tiveram iniciativas criativas contra a crise econômica. Como salienta Newbiggin (2010, p. 3) o desejo de criação é a verdadeira base de uma economia criativa, principalmente diante de eventuais problemas e precariedades enfrentadas, onde a imaginação e o talento são capazes de reproduzir grandes projetos.

É esta noção de economia criativa que nos interessa aqui, a partir de práticas insurgentes, onde aspectos econômicos, culturais, políticos e urbanos, se constituem através das redes que se cruzam e se transformam em atos solidários, colaborativos, afetos, e socialidades, que se criam e se ressignificam a todo o momento. (Pereira; Pontes; Bezerra; Cornatioli, 2021), precisamos pontuar que, esta noção difere-se da noção de economia criativa adotada pelos governos de tendência neoliberal, que

¹⁴Devido à pandemia do Covid-19, estamos parcialmente, impedidos de visitar a ocupação para a prática de pesquisa de inspiração etnográfica presencialmente, assim, nossas análises para a pesquisa de mestrado mais ampla - que teve início em março de 2020 - do qual este artigo é parte, tem sido feitas com base na etnografia digital, que trás importantes contribuições metodológicas. Como nos elucida Latour (2012) temos seguido os atores em suas redes sociais digitais, onde suas práticas sociais estão mais concentradas neste momento de isolamento social, (embora, que com brechas neste momento), além de ser um espaço de interação tão comunicativo quanto o espaço físico (Miller, 2020). É no Instagram onde estes atores estão mais ativos e tem compartilhado suas práticas culturais cotidianas, temos assim, realizado a observação participante e feito à coleta/produção de dados diariamente. Os print's das publicações são como os registros audiovisuais que faríamos nos locais, para isto, contamos com o suporte de um aplicativo o "Istory for Instagram" que nos possibilita armazenar o conteúdo, dada a sua efemeridade, contribuindo para o momento de análise e descrição destas práticas.

baseados nas noções de Indústrias Criativas, continuam a praticar nas cidades políticas elitistas e gentrificadoras, que visa à geração de riqueza para pequenos grupos. Isso é visto nas últimas e na atual gestão da prefeitura de São Paulo, pois a Secretária de Cultura e Economia Criativa se interessa em atrair o turismo, a partir de planos de revitalização do Centro Velho, com o funcionamento de centros culturais institucionalizados, restaurantes, e, empreendimentos novos, a serem construídos em locais ociosos como lofts, para atrair as classes média/alta. Este tipo de ação não conta com uma política que auxilie as pessoas em situação de rua, mas sim com medidas higienistas, que tendem a expulsá-los. Queiroz (2020) ressalta que esta gestão perseguiu ocupações e coletivos artísticos, e ainda tem dado continuidade ao retrocesso cultural pelo qual o município vem passando há pelo menos cinco anos, acabando com programas e políticas culturais, a partir do corte de verbas¹⁵.

A campanha “Lute como Quem Cuida” foi planejada através da Ocupação Nove de Julho (MSTC) e o Movimento Dos Trabalhadores Sem Teto (MST) que defende o direito à propriedade e moradia no campo. O objetivo é produzir refeições saudáveis e saborosas, que são preparadas semanalmente aos domingos para venda. Parte das refeições é doada para alimentar pessoas em estado de vulnerabilidade. Os pratos mais tradicionais, como cuscuz, baião de dois, e a famosa feijoada, e diferenciados, como a K’dra, a sobrecoxa de frango marinada em suco de laranja, mel e gengibre, por exemplo, são preparados pelos voluntários, os moradores, e um chef de cozinha, convidado semanalmente para o preparo das quentinhas, que custam cerca de 30 reais e são embaladas, podendo ser retiradas no prédio da ocupação, ou ainda, entregues pelos “Entregadores Antifascistas” numa distância de até 10 km; a cada quentinha vendida, duas pessoas recebem as refeições doadas. Percebe-se neste processo não só o que compreendemos por economia criativa sob a lógica alternativa do coletivo, como também o que Botsman (2003) chamou de economia colaborativa, potencializada pelos usos que os atores fazem das tecnologias no cotidiano, já que há um trabalho muito

¹⁵Tamanho retrocesso tem ocasionado manifestações, como as do coletivo MCCSP – Movimentos Culturais da Cidade de São Paulo, que é formado por artistas, ativistas e trabalhadores da cultura, que tem se reunido para discutir as políticas culturais na cidade e formas de pressionar poder público.

consistente de divulgação, e troca nas redes sociais digitais¹⁶, e pela ação de mobilização, em prol da causa e da sensibilização de doar/alimentar as pessoas sem recursos. Parte dos alimentos são colhidos no próprio local, uma horta urbana e comunitária, as plantações são doadas aos moradores, que cuidam das plantações com muito cuidado, o intuito é alimenta-los de forma saudável e econômica. Em maio de 2021, o coletivo recebeu o selo de participação do programa hortas urbanas, que faz parte do projeto “Ligue os Pontos” da prefeitura de São Paulo. Em agosto de 2021, uma campanha virtual em parceria com o Instituto Tico Tico, abriu financiamento coletivo para arrecadar cerca de vinte mil reais para implementar o projeto de academia na horta, o “agro gym”, ou seja, a produção de alimentos aumenta quando os moradores se exercitam, pois os equipamentos de agricultura são movidos à energia humana. Até o momento, esta campanha já arrecadou mais de seis mil reais, sendo compartilhada nas redes sociais digitais do coletivo e de colaboradores, que pedem apoio à comunidade.

Considerações Finais

Buscamos apresentar reflexões sobre o Centro de São Paulo, e a realidade das ocupações, que refletem um problema histórico de desigualdade social iniciado ainda no processo de urbanização da cidade. A ocupação em prédios abandonados pode evitar a sua degradação, pois os coletivos e as suas redes de apoio e colaboração conseguem formas de zela-los e deixá-los seguros, a partir de reformas, restaurações e usos conseguidos pelos moradores, e artistas. Como temos percebido com a pesquisa de mestrado em andamento, deve-se considerar que, apesar da convergência em relação à situação de deterioração de alguns locais do Centro da cidade, é bastante complexo pensar em formas de intervenção para a valorização fundiária da região, que infelizmente não resulte, mesmo que indiretamente, na expulsão dessas famílias de baixa renda. As ocupações nos espaços urbanos são compreendidas muitas vezes como barbárie de grupos marginalizados, quando na verdade, suas ações trazem a tentativa de fazer valer direitos básicos de cidadania, como o direito à moradia, e a criação de redes

¹⁶ O coletivo criou o próprio Instagram da Campanha Lute Como Quem Cuida, (@lutecomoquemcuida) que possui mais de oito mil seguidores, e ainda, divulga o cotidiano das atividades na página da cozinha. (@cozinhaocupacao9dejulho), que possui quase vinte e sete mil seguidores.

solidárias e coletivos em que convergem muitos atores urbanos, dinamizando formas de comunicação da diferença na cidade, como lembra Janice Caiafa (2005).

Os processos ligados ao uso da cultura como recurso, (Yudice, 2006) no qual a partir do capital intelectual, e da criatividade coletiva, conseguem gerar economia, que garantem o sustento do local, faz destas práticas muito significativas, além da cultura em suas mais variadas expressões artísticas, ter o potencial de inclusão, e de transformação social, que colaboram para suas formas de visibilização e obtenção de uma rede de apoios e colaboração. A internet como forma de mediação das relações sociais, tem sido um espaço de potencialidades para os coletivos que vivem em ocupações, como a Nove de Julho; mostra-se como forma mais simples que possuem para se comunicarem com o público, e darem continuidade às estratégias cotidianas de resistência e reivindicações, pois como tratamos a política da gestão PSDB (municipal, e governamental) não visa beneficiar as camadas populares, e sim, o setor privado, causando a gentrificação em várias áreas do Centro de São Paulo. Finalizamos enaltecendo a campanha “Lute como Quem Cuida”, criada ainda no início da pandemia, e que segue até os dias de hoje, e outras formas de economia criativa, insurgentes, como a horta urbana na ocupação, como forma de gerar renda, e ao mesmo tempo, de praticar ações solidárias a comunidade, principalmente neste momento de crise, trazida pela pandemia do Covid-19. O meio digital também tem sido o campo de nossa investigação - para a pesquisa mais ampla do qual este artigo é parte - até o momento, onde os atores têm compartilhado suas práticas cotidianas. Neste segundo semestre de 2021, há a possibilidade da ocupação Nove de Julho reabrir para a visita do público, e para dar continuidade às outras atividades culturais interrompidas pela pandemia, o que nos possibilitará ir a campo presencialmente para a prática de pesquisa de inspiração etnográfica o que nos permite uma experiência corporificada e formas outras de afetação, neste espaço que mescla arte e ativismos.

Referências

BETIM, F. Ocupação 9 de julho pende entre apoio de vizinhos abastados e perseguição do Estado. **EL PAÍS**, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/05/politica/1562304011_256672.html>. Acesso em 17 de março de 2021.

BOEHM, C. Cerca de 360 mil famílias não possuem moradia na cidade de São Paulo. **Brasil de Fato**, 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/05/07/cerca-de-360-mil-familias-nao-possuem-moradia-na-cidade-de-sao-paulo>>. Acesso em 19 de março de 2021.

BUDAG, F.E. Narrativas possíveis do colaborativo na cultura urbana contemporânea: significações, natureza política e promoção de cidadanias. In: **43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Intercom**. Virtual, dez, 2020.

CAIAFA, J. Povoar as cidades. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 123-130, dez. 2001.

CAIAFA, J. Produção comunicativa e experiência urbana. In: **Congresso Nacional da Sociedade Estudos Interdisciplinares em Comunicação**, 18, 2005, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Intercom 2005.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

CASTELLS, M. **Comunicación y Poder**. Madrid: Alianza Editorial. 2009.

MARICATO, E. “Direito à moradia na cidade sem o direito à cidade não existe”. **Comunicação AAENFF**, 2020. Disponível em: <<https://www.amigosennff.org.br/erminia-direito-a-moradia-na-cidade-sem-o-direito-a-cidade-nao-existe/>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

CORREIO, T.G.; CHIACHIRI, R.; VICTOR, C. Nós na perspectiva deles: A tragédia do Paissandu e a representação midiática dos movimentos de moradia em São Paulo. **Revista Logos** 51, Rio de Janeiro, v.26, n 01 p.11-119. 2019.

FRUTUOSO, B; KATO, V.R.C. Ocupações no centro de São Paulo: desejos de fixação no território. In: **Anais XVIII ENANPUR 2019**. Natal, RN.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29 de março de 2021.

GONÇALVES, F. N. Poéticas políticas, políticas poéticas: comunicação e sociabilidade nos coletivos artísticos brasileiros. **Revista E-compós, Brasília**, v. 13, n. 1, p. 1-14, 2010.

HALL, S. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. In: Educação & Realidade. jul/dez. 1997.

MILLER, D. NOTAS SOBRE A PANDEMIA: como conduzir uma etnografia durante o isolamento social, por Daniel Miller. **BLOG DO LABEMUS**, 2020. Disponível em: <<https://blogdolabemus.com/2020/05/23/notas-sobre-a-pandemia-como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-por-daniel-miller/>>. Acesso em: 03 de abril de 2020.

NAKANO, K.; CAMPOS, M.; ROLNIK, R. Dinâmica dos subespaços da área central de São Paulo. In: COMIN, A. A.; SOMEKH, N. (Coords.) **Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**. São Paulo: PMSP/Cebrap/CEM. 2004.

NEUHOLD, R. **Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo**. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

NEWGIBIN, J. **É a criatividade que conduzirá a economia do século 21**. Disponível em <http://micbr.cultura.gov.br/noticia/-e-a-criatividade-que-conduzira-a-economia-do-seculo-21>. Acesso em: 20 mar.

PEREIRA, S.L.; PONTES, E.V.; BEZERRA, P.M.; RODRIGUES, J.C. São Paulo como cidade musical? : perspectivas de debate a partir de três experiências de pesquisa. **CSOONLINE - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**. (no prelo).

PEREIRA, S. L; RETT, L; BEZERRA, P. Músicas e sons que ecoam pelas ruas da cidade: o evento Paulista Aberta. **E-COMPÓS (BRASÍLIA)**, v. Ahead, p. Ahead of Print-print, 2021.

QUEIROZ, I. A implantação dos planos de cultura no estado e na cidade de São Paulo: histórico, construção e desafios. **Pragmatizes- Revista Latino-americana de estudos em cultura**. V. 9, p. 78-90, 2020.

ROLNIK, R.; Marino, A. Situação da população vivendo na rua é a cara das políticas públicas. **LABCIDADE**, 2019. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/situacao-da-populacao-vivendo-na-rua-e-a-cara-das-politicas-publicas/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SODRÉ, M. Mídia, ideologia e financeirização. **Oficina do Historiador**, v. 8, n. 1, p. 135-157, 3 jul. 2015.

SOUZA, M.D. Sem informação, higiene e abrigos, população de rua de SP está vulnerável à covid-19. **Brasil de Fato**, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/25/sem-informacao-higiene-e-abrigos-populacao-de-rua-de-sp-esta-vulneravel-a-covid-19>. Acesso em 12 de março de 2021.

YUDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo. Horizonte: Editora UFMG, 2006.